

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA - Nº 001/10.

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna pública a realização de licitação, na modalidade **CONCORRENCIA**, tipo **MAIOR OFERTA** para a **concessão de uso de espaço público para fins de exploração comercial de cantina e restaurante**, na Unidade Universitária da UEMS em Aquidauana, sendo a área aproximadamente de m² autorizada através do processo nº 23/300306/2010.

A referida licitação será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas leis nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e nº 9.648 de 27 de maio de 1998, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e pelas disposições das Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e demais especificações e condições constantes neste Edital.

Poderão participar da presente licitação as empresas **do ramo pertinente** que, manifestando-se interessadas no objeto da mesma, com antecedência de até 24 horas da apresentação das propostas, retirarem o Edital, com seus anexos, **sem ônus**, no site www.uems.br, ou ainda, junto à Comissão Permanente de Licitação da UEMS, no endereço abaixo mencionado, nos dias úteis, das 8 horas às 16 horas, mediante o recolhimento da taxa de R\$ 10,00 (dez reais) junto ao Banco do Brasil, agência nº 2576-3, conta corrente nº 116510-0.

Abertura dos envelopes contendo a documentação e a proposta:

Data: - 21 (vinte e um) de maio de 2010.

Horário: - 09:00h (nove horas).

Local: - Sala de Licitações do Bloco "A"

Rodovia MS-162, Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária de Dourados.

CEP 79804-970 – Dourados/MS

1- DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO para fins de exploração comercial de cantina e restaurante**, em área de aproximadamente 435,75 m² localizada na Unidade universitária da UEMS de Aquidauana, Rodovia Aquidauana/CERA, Km 12, Zona Rural, e demais anexos e condições estabelecidas nesta Concorrência.

1.2. A concessão de uso do espaço público será pelo período de 03 (três) anos, a contar da data de assinatura do Termo de Concessão de uso a ser firmado entre a licitante vencedora e a concedente.

2. DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DA CONCESSÃO DE USO

2.1 O preço mínimo a ser pago pela concessão do uso do espaço público é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais que serão convertidos em fornecimento de refeições diárias aos acadêmicos da UEMS/Aquidauana. A quantidade mínima de refeições a ser fornecida é de 17 (dezessete) refeições diárias tendo como referência o valor de R\$ 4,00 (quatro reais) por refeição.

2.2 Nos meses em que houver variação de dias letivos, a empresa vencedora deverá ressarcir a universidade através do pagamento dos dias em que não forem fornecidas as refeições, tendo como base de cálculo a proposta final apresentada convertida em moeda (reais).

2.3 Ao término de cada mês a empresa deverá informar à Gerência da Unidade a quantidade de refeição fornecida bem como a listagem com a relação dos acadêmicos atendidos ou documento equivalente conforme ficar estabelecido entre a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/PROEC, a Pró-reitoria de Administração e Planejamento/PROAP e a Gerência da unidade.

2.4 O pagamento referente ao item 2.2 deverá ser efetuado em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a utilização do espaço, por parte da Concessionária, mediante Depósito

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Bancário, junto ao Banco do Brasil, Agência 2576-3 CC nº 117.800-8, cujo comprovante terá que ser encaminhado ao Setor de Contabilidade da UEMS.

2.4 Em caso de atraso no pagamento da concessão de uso incidirá multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e Correção Monetária.

2.5 Findo três meses de atrasos no pagamento da concessão de uso, o concessionário perderá um ano da concessão, sem prejuízo da cobrança do período inadimplente pela UEMS.

2.6 Após o atraso de quatro meses no pagamento da concessão de uso fica automaticamente rescindido o contrato de concessão do direito de uso, perdendo o concessionário qualquer direito de uso do espaço público, devendo retirar seus equipamentos no prazo de cinco dias após a notificação da rescisão automática e unilateral do contrato.

2.7 Considera-se atraso para efeitos deste instrumento, o pagamento realizado no dia útil seguinte, ou posterior, ou a não realização do pagamento, na data do vencimento da Concessão mensal de uso.

3 DO REAJUSTE

3.1 O valor mensal referente a concessão de uso do espaço público, será atualizado anualmente, tendo por data base a data de início do prazo da concessão onerosa, pela variação do IGP-M (FGV), ou na sua falta, pelo INPC (IBGE) ou outro índice oficial de atualização monetária.

4 DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1 Poderão participar da licitação as empresas **do ramo pertinente** que atenderem aos requisitos da habilitação, apresentando, em pastas, encadernados ou grampeados, no **ENVELOPE Nº 01** - Documentação de Habilitação - de forma seqüenciada, os seguintes documentos:

4.1.1 Declarações:

a) Declaração do licitante de não haver FATO SUPERVENIENTE à sua habilitação, que impeça a participação nesta licitação;

b) Declaração do licitante de atender às EXIGÊNCIAS DO ART.27, inciso V da Lei 8.666/93 (inciso incluído pela lei nº 9.854, de 27/10/99);

c) Declaração do licitante de que nenhum dirigente ou responsável técnico da empresa pertence ao quadro de funcionários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;

d) Declaração comprometendo-se a providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do início dos serviços, às suas expensas, o Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente.

4.1.2 Documentação relativa à habilitação jurídica:

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

b) cópia de ato constitutivo, estatuto ou Termo de Concessão de Uso social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedade por ações acompanhada de documento de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.3 Documentação relativa à regularidade fiscal:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da Receita Federal;
- b) prova de regularidade fiscal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débito (CND), relativo a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, junto a Secretaria da Receita Federal;
- c) prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, através da certidão Negativa de ICMS, emitida pela Secretaria de Estado competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da Lei;
- d) prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, emitida na localidade de domicílio ou sede da empresa licitante, no ramo da atividade do objeto da licitação, na forma da Lei;
- e) prova de situação regular junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através de Certidão Negativa de Débito – (CND), de conformidade com a Lei nº 8.212/91 e Decisão nº 705/94/TCU;
- f) prova de situação regular com o FGTS, através do certificado de Regularidade do FGTS (CRF), junto a Caixa Econômica Federal (CEF), conforme Lei nº 8.036/90.

4.1.4 Documentação referente à **qualificação econômico-financeira**:

a) Demonstrações Contábeis do **último exercício social**, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, compostas, no mínimo, do **Balanco Patrimonial, com Termo de Abertura e Encerramento**, e da **Demonstração de Resultado do Exercício**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios;

a.1) Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço devidamente registrado acompanhado da cópia da respectiva publicação na Imprensa Oficial.

a.2) As referidas Demonstrações Contábeis deverão:

- estar elaboradas com base na escrituração do livro “Diário” e do livro “Razão”, autenticados no Órgão de Registro Público competente;
- corresponder fielmente àquelas registradas no livro “Diário”; cuja autenticação deverá ser comprovada por meio da apresentação da página do referido livro na qual foi aposta a etiqueta e/ou carimbo autenticador;
- apresentar as assinaturas do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado.

a.3) As empresas com menos de um ano de exercício social, deverão cumprir a exigência contida na letra “a”, mediante a apresentação do Balanço de Abertura e, quando couber, do último Balanço Patrimonial levantado, devidamente registrados no Órgão de Registro Público competente. Para tal exigência, as microempresas poderão apresentar cópia do Imposto de Renda do exercício de 2008 acompanhada da Declaração do Contabilista, conforme anexo VI.

a.4) Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

a.5) A análise da qualificação econômico-financeira, deverá vir calculada em documento separado ao balanço patrimonial, com carimbo e assinatura do contador e do responsável legal pela empresa, conforme abaixo:

- Índice de Liquidez Geral (**LG**);

$$\mathbf{LG = (AC+RLP) / (PC + ELP)}$$

- Índice de Liquidez Corrente (**LC**);

$$\mathbf{LC = (AC/PC)}$$

- Solvência Geral (**SG**);

$$\mathbf{SG = (A Real) / (PC + ELP)}$$

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Onde:

- **AC** = Ativo Circulante, **RLP** = Realizável a Longo Prazo, **PC** = Passivo Circulante, **ELP** = Exigível a Longo Prazo e **A Real** = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.

4.1.5 “Ficha Cadastral” devidamente preenchida.

4.1.6 Certidão negativa de FALÊNCIA OU CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.2 Estarão habilitadas, de conformidade com o subitem 4.1.4, alínea “a.5”, somente as empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 1 (um) nos índices LG, LC e SG.

4.3 A apresentação da cópia do Certificado de Registro Cadastral (CERCA), emitido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, no grupo de serviços 333903900 no item 3941, em plena validade, substitui os documentos enumerados nos subitens **6.1.2**, **6.1.3**, letras “a” à “f”, e no subitem **6.1.4**, exceto o previsto na alínea “a.5”. O CERCA deverá vir acompanhado de declaração do licitante, comprometendo-se a informar, a qualquer tempo, sob pena das sanções cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos à habilitação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, na forma determinada no § 2º do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e dos índices de que trata o subitem **6.1.4**, alínea “a.5”.

4.4 As Empresas que apresentarem o Certificado de que trata o subitem anterior, em substituição aos documentos enumerados no subitem 6.1.4, estarão dispensadas de trazer os índices LC, LG e SG calculados em documento separado, inserido no Envelope de Habilitação, desde que constem no Certificado.

4.5 As certidões apresentadas pelo licitante que, não tragam sua validade expressa, serão consideradas pela Comissão de Licitação, como válidas por **90 (noventa)** dias da data de expedição.

4.6 Não serão aceitos certificados com data de validade vencida.

4.7 Não serão admitidos documentos subscritos por mandatário não habilitado legalmente para representar a empresa licitante.

4.8 Serão habilitadas as empresas que apresentarem os documentos, dispostos ordenadamente, em original, por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticada em cartório competente ou por servidores da administração pública, devidamente identificados, e/ou documento disponível na Internet, no SITE oficial do órgão emissor, ou ainda, publicação em órgão da Imprensa Oficial.

4.9 Os licitantes que desejarem solicitar a autenticação de documentos aos servidores da UEMS, apresentarão os originais, com suas respectivas cópias, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da abertura dos envelopes, a fim de evitar transtornos aos trabalhos da Comissão. Documentos em FAC-SÍMILE não serão aceitos.

4.10 Os documentos para habilitação, exigidos neste Edital, deverão ser apresentados em uma única via, acondicionados em **envelope opaco e lacrado**, contendo em sua parte externa, além do nome ou timbre do licitante, as seguintes indicações:

À
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
Cidade Universitária de Dourados, Rodovia MS/162, Dourados/Itahum, Km 12.
CEP 79804-970 – Dourados/MS
A/C DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
ENVELOPE N°01 - HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N°001/10.
ABERTURA: 21 de maio de 2010.
HORÁRIO: - 09:00h (nove horas).
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (se o envelope não for timbrado)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 As propostas deverão ser apresentadas no **ENVELOPE Nº 02** em língua portuguesa, elaborada em papel timbrado da empresa ou no **formulário denominado Proposta Detalhe, (anexo I), disponibilizado pela Comissão de Licitação, em vias originais**, digitalizadas ou datilografadas, sem rasuras, borrões, emendas, entrelinhas ou alternativas, contendo os seguintes elementos.

a) Proposta, com carimbo do CNPJ, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, ou pela pessoa física se for o caso, com valor mensal em moeda corrente nacional que o licitante se propõe a pagar pela concessão do uso do espaço público destinado a cantina e restaurante na UEMS de Aquidauana;

a) Indicação do prazo de validade da proposta, para efeitos de convocação para contratação, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua abertura;

b) Prazo para início das atividades de no máximo 10 (dez) dia após o recebimento da Ordem de Utilização para se estabelecer no local e até 15 (quinze) dias também a contar da data de recebimento da Ordem de Utilização para iniciar o atendimento ao público.

c) Termo de VISTORIA ao local da Concessão (conforme Anexo VI), emitido e assinado pelo gerente da Unidade Universitária da UEMS em Aquidauana, ou por seu preposto;

d) Apresentar declaração de comprometimento de que os itens fornecidos de livre escolha, ou seja, os não incluídos na refeição não serão superiores aos praticados no mercado.

5.2 A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas nesta Concorrência.

5.3 As propostas e anexos deverão ser acondicionadas em **envelope opaco e lacrado**, assinado no local de seu fechamento, contendo, em sua parte externa, além do nome ou timbre do licitante, as seguintes indicações:

À
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
Cidade Universitária de Dourados, Rodovia MS 162, Dourados/Itahum, Km 12.
CEP - 79804-970 – Dourados/MS.
A/C DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ENVELOPE Nº02 – PROPOSTA.
CONCORRENCIA Nº- 001/10.
ABERTURA: 21 de maio de 2010.
HORÁRIO: - 09:00 h (nove horas).
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (se o envelope não for timbrado).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação os interessados **do ramo pertinente**, cadastrados ou não no “Cadastro de Registro de Fornecedores” do Estado de Mato Grosso do Sul, que atenderem ao objeto e às demais condições deste Edital, e não estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou sob declaração de inidoneidade que lhes tenham sido aplicadas por força da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em qualquer esfera administrativa do Poder Público.

6.2. A empresa licitante poderá se fazer representar por um único preposto, em cada ato da licitação, **devidamente munido de instrumento de mandato público ou particular**, este último com firma reconhecida ou, Termo de Concessão de Uso social ou, ainda, ata de eleição da diretoria.

6.3. É vedado a qualquer participante representar mais de uma empresa licitante.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.4. A empresa licitante somente poderá se pronunciar através de seu único preposto e ficará obrigada pelas declarações do mesmo.

6.5. Qualquer manifestação no decorrer dos trabalhos, relacionada ao presente processo licitatório, fica condicionada à apresentação da documentação que comprove a sua legitimidade para tanto, ficando impedido de se manifestar o representante que não a apresente, não ensejando, todavia, causa de inabilitação.

6.6. Não será admitida a participação, direta ou indiretamente, na presente licitação, do servidor ou dirigente do órgão Concedente ou responsável pela licitação.

6.7. O não comparecimento de qualquer dos licitantes às reuniões da Comissão de Licitação não impedirá que elas se realizem, cabendo ao participante ausente o direito de reclamação quanto às decisões nelas tomadas, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7. DOS PROCEDIMENTOS

7.1. Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Propostas de Preços serão recebidos, abertos e rubricados no endereço, data e horário constantes no preâmbulo deste Edital, local onde esta Concorrência estará à disposição para consulta e conhecimento de todos.

7.2. A Comissão de Licitação ou autoridade superior poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou promover diligências para comprovar o estrito cumprimento das condições estabelecidas, da veracidade de documentos, ou mesmo de idoneidade do licitante, sendo vedada à inclusão de documentos novos que não tenham sido apresentados tempestivamente, ou ainda, a substituição ou alteração daqueles já exibidos.

7.3. De cada sessão será lavrada ata circunstanciada, que deverá conter, obrigatoriamente, toda e qualquer declaração, bem como a assinatura dos representantes dos licitantes e dos membros da Comissão de Licitação.

7.4. Cada licitante poderá formular protesto, que será consignado em ata, para prevenir responsabilidades, prover a preservação ou ressalva de direitos, ou para, simplesmente, manifestar qualquer intenção de modo formal.

7.5. Não serão aceitas propostas alternativas.

8. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO.

8.1. A Comissão de Licitação receberá dos licitantes, no local constante do preâmbulo desta Concorrência, até a data e horário ali mencionados, os envelopes **Nº 01** e **Nº 02**, contendo, respectivamente, a documentação e a proposta de preços.

8.2. O licitante poderá usar do meio que julgar mais adequado para que os envelopes mencionados no subitem anterior cheguem à Comissão de Licitação, desde que obedecidos datas e horários constantes neste Edital.

8.3. Após a presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

8.4. Inicialmente, a Comissão de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo a documentação, que será rubricada por todos os presentes, facultando aos representantes das empresas licitantes o exame dos mesmos.

8.5. Em caso de dúvidas quanto a autenticidade de documento(s), ou este(s) estiver (em) ilegível(is), a Comissão poderá exigir o(s) original(is) correspondente(s).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 8.6. A Comissão de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sessão para melhor análise da documentação de habilitação, marcando novo horário e data, se for o caso, para prosseguimento dos trabalhos, ocasião em que o resultado será apresentado.
- 8.7. Poderão ser habilitados os licitantes que tenham apresentado documentos com irregularidades formais, desde que tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos demais licitantes.
- 8.8. O julgamento da habilitação consistirá na verificação do atendimento às exigências desta Concorrência, cabendo à Comissão de Licitação inabilitar, sumariamente, qualquer licitante que não atender às exigências do mesmo, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do seu prazo de validade.
- 8.9. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.
- 8.10. A empresa licitante que desistir da proposta após a fase inicial (habilitação), imotivadamente, estará impedida de contratar com a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, durante o período de 6 (seis) meses, sem prejuízo da aplicação de multas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.11. As propostas de preços dos licitantes não habilitados serão devolvidas de imediato aos respectivos representantes, se presentes à reunião, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.
- 8.12. Atendidos os prazos recursais, os envelopes das empresas inabilitadas estarão à disposição dos respectivos representantes pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido esse prazo a proposta será inutilizada.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1. Em seguida ao julgamento da habilitação, serão abertas as propostas dos licitantes que tenham satisfeito às exigências da presente Concorrência desde que não tenha havido empresas inabilitadas, ou que os representantes das mesmas tenham desistido expressamente da interposição de recursos. Não havendo essa desistência e/ou sendo marcada nova reunião para divulgação do resultado da habilitação, os envelopes fechados contendo as propostas dos licitantes, devidamente rubricados pelos presentes, ficarão de posse da Comissão de Licitação, e somente serão abertos após cumprimento dos prazos e trâmites legais.
- 9.2. Com fundamento no inciso I, §1º do artigo 45 da Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, o critério de julgamento para classificação das propostas será o de melhor lance, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 9.3. As propostas serão lidas e rubricadas na presença dos interessados, facultando aos representantes dos licitantes o exame das mesmas.
- 9.4. A Comissão de Licitação poderá classificar propostas que contenham omissões ou irregularidades formais, desde que tais omissões ou irregularidades sejam consideradas irrelevantes pela mesma.
- 9.5. Uma vez abertas às propostas de preços, não serão admitidos pedidos de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas, bem como, não caberá desistência das mesmas.
- 9.6. Na conferência das contas constantes da Proposta de Preços e seus anexos, quaisquer erros detectados pela Comissão de Licitação, serão corrigidos a carimbo e submetidos aos demais licitantes que assim o desejarem, para sua própria conferência.
- 9.7. É vedado a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir os princípios que regem o procedimento licitatório, conforme estabelece a legislação pertinente.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e alterações, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, conforme dispõe o § 2º do art. 45 da mesma Lei, vedado qualquer outro procedimento.

9.9. Serão desclassificadas, de acordo com a legislação pertinente, as propostas que não atenderem as exigências legais, as regulamentares e as constantes desta Concorrência bem como, aquelas cujos preços sejam baseados em outra proposta ou contenham qualquer item condicionante para a Concessão do objeto desta licitação.

9.10. Será desclassificada, ainda, a proposta da licitante que, logrado êxito no certame, vier a conhecimento da UEMS, fatos ou circunstâncias anteriores ou posteriores ao julgamento, que desabonem sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa, sem prejuízo das penalidades previstas.

9.11. O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes da Concessão relativa ao objeto licitado.

9.12. Caso todas as propostas sejam desclassificadas ou todos os licitantes interessados inabilitados, a Administração, a seu exclusivo critério, utilizar-se-á da prerrogativa constante do § 3º, art. 48 da Lei 8.666/93, ou ainda, do inciso VII do art. 24 da mesma lei.

10. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DA CONCESSÃO E VALIDADE DAS PROPOSTAS.

10.1. A concessão de uso será onerosa, com vigência de 03 (três) anos, a partir da assinatura do Termo de Concessão de Uso, podendo ser prorrogada por igual e sucessivo período mediante termo aditivo e devidamente autorizada por escrito pelo Ordenador de Despesa, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, e, mediante ajuste entre as partes interessadas.

10.2. O prazo para assinatura do Termo de Concessão de Uso será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, após a convocação para esse fim, expedida pela UEMS, obedecido ao que estabelece o Art. 64 da Lei 8.666/93 e seus parágrafos.

10.3. A validade da proposta, para efeitos de convocação para contratação, não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua abertura.

10.4. A licitante terá 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Utilização para se estabelecer no local e até 15 (quinze) dias também a contar da data de recebimento da Ordem de Utilização para iniciar o atendimento ao público.

10.5. O pagamento mínimo referente à concessão de uso do espaço público é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) que será convertido em fornecimento de refeições aos acadêmicos regularmente matriculados na Unidade Universitária de Aquidauana/MS.

10.6. O fornecimento das refeições decorrente da conversão deverá ser diário, tendo como base os dias letivos da unidade universitária. Nos meses em que houver variação de dias letivos, a empresa vencedora deverá ressarcir a universidade através do pagamento dos dias em que não forem fornecidas as refeições, tendo como base de cálculo a proposta final apresentada convertida em moeda (reais).

10.7. A empresa vencedora deverá providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do início dos serviços, às suas expensas, o Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente.

10.8. Informações referentes a alguma peculiaridade da concessão serão prestadas pela Divisão de Compras, através dos telefones (67) 3902-2370 no horário das 07:30h às 11:30h e das 12:30h às 16:30h.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Divulgado o resultado, e transcorrido o prazo recursal previsto em lei, ou havendo desistência expressa dos licitantes, o processo licitatório será encaminhado, pela Comissão de Licitação, à autoridade competente, para fins de homologação do resultado e de adjudicação, atos que serão publicados no Diário Oficial do Estado.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.2 Em caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência do fato, segundo o disposto no Art. 109, da Lei de Licitações e Termo de Concessão de Usos Administrativos.

12 DA IMPUGNAÇÃO

12.1 Aos termos da presente Concorrência caberá impugnação, sem efeito suspensivo, conforme preceitua o art. 41 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, que poderá ser apresentada até o 5º (quinto) dia útil por qualquer cidadão e até o 2º (segundo) dia útil por licitante, da data que antecede a abertura dos envelopes, devendo ser protocolada na sede da UEMS, no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

13 DOS RECURSOS

13.1 Caberá recurso, no prazo 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência ou intimação do ato no Órgão de Imprensa Oficial, nos casos de habilitação ou inabilitação de licitante, discordância com o julgamento das propostas e contra a anulação ou revogação da licitação.

13.2 Nos casos de habilitação ou inabilitação de licitante e discordância com o julgamento das propostas, os recursos terão efeito suspensivo. A autoridade competente poderá, motivadamente e presente às razões de interesse público, atribuir, aos recursos interpostos nos demais casos, efeito suspensivo.

13.3 Os recursos serão dirigidos ao Ordenador de Despesas da UEMS, através da Comissão de Licitação, digitados ou datilografados, devidamente fundamentados, carimbados e assinados pelo representante legal do licitante.

13.4 Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para representar a empresa recorrente.

13.5 Interposto recurso, o mesmo será comunicado aos demais licitantes, através da Imprensa Oficial do Estado e do site da UEMS, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.6 É vedado a qualquer licitante tentar impedir o andamento desta licitação, utilizando-se de recursos meramente protelatórios, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

13.7 Somente serão aceitos **recursos no original**. Vedados os interpostos através de Fac-símile ou outro meio eletrônico.

13.8 Serão tempestivos os recursos protocolados junto à Comissão de Licitação da UEMS, 5 (cinco) dias úteis, no prazo estabelecido no subitem 12.1.

14 DAS CONDIÇÕES DO TERMO DE CONCESSÃO DE USO

14.1 Após homologação da presente licitação e publicidade do resultado, a licitante contemplada será convocada para no prazo de até 05 (cinco) dias úteis assinar o Termo de Concessão de Uso.

14.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pela empresa adjudicatária durante o seu transcurso, desde que aceito pela Administração.

14.3 Caso transcorra o prazo acima indicado sem que o licitante vencedor tenha comparecido para assinar o Termo de Concessão de Uso, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições estabelecidas com a primeira classificada, inclusive quanto ao preço oferecido.

14.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da abertura dos envelopes de propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos pela sua participação na licitação da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

qual trata esta Concorrência salvo se ratificadas as condições propostas até o vencimento desse prazo, por igual período.

14.5 O licitante vencedor poderá perder a condição de Concessionário caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, suas alterações e nos casos que especifica:

- a) estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida;
- b) ter título protestado cujo valor possa, a juízo da Concedente, comprometer a idoneidade financeira da Concessionária, e/ou a eficiente execução do Termo de Concessão de Uso;
- c) ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS, ou FGTS.

14.6 O licitante vencedor se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Concessão de Uso.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

- a) advertência por escrito, quando o contratado praticar irregularidades consideradas, pela Administração, como de pequena monta;
- b) suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração, por até dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 Sem prejuízo das demais cominações legais previstas na Lei nº 8.666/93, será aplicada, ao Concessionário, multa moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor atualizado do Termo de Concessão de Uso, se houver atraso injustificado no início das atividades.

15.3 Por infração de qualquer outra cláusula contratual, não prevista no subitem anterior, será aplicada multa, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Concessão de Uso, corrigido e atualizado, acumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

15.4 O Concessionário será responsável pelos danos morais e materiais derivados de inadimplemento total ou parcial, sem prejuízo das demais sanções.

15.5 Pela recusa injustificada do Concessionário em assinar o Termo de Concessão de Uso, este ficará sujeito ao pagamento de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo de Concessão de Uso, a título de indenização, independentemente de multa moratória, conforme artigo 21 do Decreto Estadual nº 8.625 de 22 de julho de 1996, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

15.6 Vencido o prazo proposto e não sendo cumprido o objeto, ficará a Administração liberada para, se achar conveniente, aplicar as sanções cabíveis e convocar, se for o caso, outro fornecedor, observada a ordem de classificação, não cabendo ao fornecedor inadimplente, direito a qualquer reclamação.

15.7 A falta ou não aceitação da justificativa apresentada pelo Concessionário, permitirá ao Órgão Concedente a anulação da Concessão, independentemente de notificação ao mesmo.

15.8 Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres da UEMS, até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado/MS podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da Concedente.

15.9 As sanções previstas não se aplicarão aos licitantes remanescentes, convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Decairá do direito de impugnar os termos desta Concorrência, sobre possíveis falhas, irregularidades, omissões ou impossibilidade de participação por ausência de informação, hipóteses que o viciariam, quem não o fizer dentro do prazo estipulado em seu subitem 12.1.

16.2 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório.

16.3 Será desconsiderada qualquer manifestação formulada à Comissão de Licitação, de que trata o subitem anterior, se formulada de maneira verbal, por fac-símile ou qualquer outro meio eletrônico.

16.4 Serão divulgados através de publicação em Imprensa Oficial do Estado e no site da UEMS, para conhecimento de todos, extratos das decisões às impugnações formuladas à Comissão Permanente de Licitação.

16.5 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima indicada, fica o mesmo condicionado à publicação na Imprensa Oficial do Estado e no site da UEMS, comunicando a nova data e horário para e abertura dos envelopes.

16.6 Os interessados que tiverem dúvidas quanto à interpretação desta Concorrência, serão atendidos pela Comissão de Licitação, na sala de Licitações do Bloco A, na UEMS, em Dourados/MS, ou pelo telefone (67) 3902-2370, das 07:30h às 16:30h.

16.7 Os licitantes, ainda que tenham retirado este Edital via Internet, deverão acompanhar as publicações do presente processo licitatório por meio do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e no site da UEMS (www.uems.br).

16.8 Os casos omissos decorrentes da execução do objeto deste Edital serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente.

16.9 A participação na presente licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas contidas neste Edital, seus anexos e na observância das regras e preceitos legais pertinentes.

16.10 Cabe ao juízo da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, decidir qualquer controvérsia resultante desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.11 São partes integrantes deste Edital, o formulário denominado Proposta-Detalhe (Anexo I), Projeto básico (Anexo II), Minuta de Termo de Concessão de Uso (Anexo III), modelo Declaração (Anexo IV), Termo de vistoria (Anexo V), modelo Declaração do Contabilista (Anexo VI) e a Ficha Cadastral (Anexo VII).

Dourados, 19 de abril de 2010.

Ieda Romero Alves da Silva Assis
CPL/UEMS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

MODELO FORMULÁRIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Concorrência – 001/2010

Local: Sala de Licitações, Bloco A, Rodovia MS/162, Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Dourados/MS.

Abertura: 21/05/2010 às 09:00h (nove horas) Horário de Mato Grosso do Sul

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS
Comissão Permanente de Licitação

Serve o presente para encaminhamento da nossa proposta de preços relativa à concorrência em referência, conforme especificado abaixo:

Declaramos ter efetuado a vistoria ao local da Concessão conforme solicita o subitem 5.1, letra “c” do edital, tomamos conhecimento e concordamos com todas as exigências do edital e seus anexos, inteiramos de todas as informações técnicas, do espaço físico e condições para a execução do Termo de Concessão de Uso, caso sejamos vencedores deste certame, portanto propomos:

- a) Prazo de validade da proposta: _____ dias (mínimo 60 dias)
- b) Valor mensal proposto para o aluguel: R\$ _____, (por extenso _____);
(mínimo mensal estipulado pela Uems: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), convertido em refeições: 17 (dezesete) refeições, **observado o subitem 2.1.**
- c) Prazo máximo estipulado para início das atividades:- -----dias, sendo:
(máximo 15 dias após assinatura do Termo de Concessão de Uso)

IDENTIFICAÇÃO:

Razão Social: -----

CNPJ: -----

Endereço:-----

Inscrição Estadual: -----

Telefone: ----- Fax: -----

E-mail: -----

-----, -----de-----de 2010.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III

PROJETO BÁSICO
MEMORIAL DESCRITIVO

Espaço físico correspondente a 435,75 m², pertencente à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade Universitária de Aquidauana – localizado a Rodovia Aquidauana, Km12, Zona Rural, com as seguintes descrições: **Construção em estrutura mista de concreto e alvenaria, padrão construtivo médio comercial, contendo as seguintes dependências e características construtivas: cobertura em estrutura metálica com telhas em chapa metálica galvanizada, forro em laje, revestimento das paredes, sendo a parte externa com tijolo comum aparente e internamente apresenta-se com os banheiros, vestiários, área de circulação, sala de nutricionista, cozinha e sala de lavagem com azulejos até o teto e demais dependências com reboco paulista e pintura a base de látex; revestimento dos pisos em ladrilho hidráulico no salão e demais dependências com piso cerâmico; esquadrias com janelas metálicas do tipo “maximoar” e portas de madeira; instalações elétricas embutidas com iluminação em calhas duplas de lâmpadas fluorescentes e hidro-sanitárias convencionais, cozinha com quatro bancadas em inox com pias, contendo as seguintes dependências: salão, cozinha, sala para nutricionista, despensa, vestiário, dois banheiros, sala para lavagem e circulação.** Destinados a instalação de cantina e restaurante em regime de concessão de uso para fins comerciais, sendo a concessão remunerada mensalmente.

1. FUNCIONAMENTO

- 1.1. A frequência à cantina e restaurante é franqueada à comunidade universitária e ao público em geral.
- 1.2. O horário de funcionamento da cantina e restaurante deverá ser das 07:00h às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, devendo a concessionária manter pontualidade no cumprimento do horário estipulado. O horário poderá ser alterado em caso de necessidade, após acordo entre o Gerente da Unidade e a concessionária.
- 1.3. Deverá haver funcionamento aos sábados, domingos e feriados, em caso de cursos e eventos promovidos pela concedente, devendo a Gerência da Unidade comunicar à Pró-reitoria de administração e planejamento/PROAP e a concessionária com antecedência mínima de 03 (três) dias.
- 1.4. Durante o período de recesso escolar (férias, greve ou outro tipo de paralisação das atividades da Instituição), será obrigatório o funcionamento da cantina e restaurante, por período mínimo de 2 (duas) horas, em cada expediente, podendo esta condição ser modificada em acordo com a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento da UEMS e Gerência da Unidade.
- 1.5. Qualquer alteração do horário de funcionamento, ampliação ou diversificação considerável no cardápio será com prévia autorização da gerência da Unidade, e, conforme o caso, com o aval da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento da UEMS, sendo que a Concessionária, sempre que necessário ou exigido, deverá demonstrar o dimensionamento físico necessário para supostas ampliações, bem como o programa dos investimentos propostos.
- 1.6. Qualquer alteração ou ampliação que implique em obras ou modificações do Espaço Físico, objeto da concessão, poderá ser executada após a aprovação da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento da UEMS.
- 1.7. O número de funcionários deverá ser em cada turno suficiente para atender a demanda do

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

público frequentador da cantina e restaurante, justificados e aceitos pela Gerência da Unidade.

- 1.8. A concessionária deverá seguir as normas sindicais, federais, estaduais e municipais, higiênic-sanitárias e os procedimentos técnicos adequados à aquisição, estocagem, pré-preparo, acondicionamento a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutritiva e sensoriais das refeições.
- 1.9. Não será permitida a venda de cigarros e bebidas com álcool na cantina e restaurante.
- 1.10. Não será permitida colocação de propagandas comerciais nas paredes ou na área.

2. Preços

- 2.1. Os preços por item do cardápio mínimo exigido, bem como dos itens ofertados e propostos não poderão ser superiores aos praticados no mercado da região onde funcionará a cantina e restaurante, objeto da concessão de uso.
- 2.2. A tabela de preços praticados para os itens fornecidos deverá ser exposta para os usuários e, se necessário, poderá a Pró- Reitoria de Administração e Planejamento/PROAP e/ou a Gerência da Unidade solicitar a redução dos preços, a qualquer época, se verificada incompatibilidade com os praticados no mercado regional.
- 2.3. A concessionária não poderá onerar os preços dos alimentos quando estes forem solicitados quentes ou adoçados.

3. Infra-estrutura

- 3.1. É de responsabilidade única e exclusiva da concessionária prover os móveis, equipamentos, máquinas, vasilhames e utensílios necessários para a prestação dos serviços na cantina e restaurante, em quantidade suficiente a proporcionar um bom atendimento.
- 3.2. A concessionária deverá fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plásticos no interior, para toda área do estabelecimento.
- 3.3. A concedente poderá ceder à concessionária, mediante inventário, o direito de uso de móveis, equipamentos e máquinas, que por acaso existam nas dependências do restaurante.
- 3.4. A concessionária deverá repor em quinze dias antes do término do Termo de Concessão de Uso os bens que estiverem em quantidades e condições inferiores aos entregues pela Concedente no início da vigência do Termo de Concessão de Uso e promover, neste mesmo prazo, o conserto de móveis, equipamentos e instalações que estiverem danificados.

4. Manutenção e reparos

- 4.1. Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da Concessionária, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens: a) água/esgoto, b) energia (eletrodutos, e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores) c) GLP (válvulas, conexões,etc.)
- 4.2. As manutenções mencionadas, se decorrentes de tempo de uso ou de fatores externos, alheios ao uso incorreto, deverão ser avaliados pela Gerência da Unidade e promovidos pela Concedente.

5. Empregados

- 5.1 Deverão ser mantidos, nos locais de trabalho, somente empregados que tenham a idade permitida por lei para o exercício da atividade, e que gozem de boa saúde física e mental.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 5.2. O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente concessão será de exclusiva responsabilidade da Concessionária, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.
- 5.1. O número de funcionários deverá ser em cada turno suficiente para atender a demanda do público freqüentador da cantina e restaurante, justificados e aceitos pela Gerência da Unidade.
- 5.3. Os empregados deverão usar uniforme apropriado, em perfeitas condições de higiene, predominantemente na cor branca, gorros, sapatos/tênis e demais que se fizerem necessários.
- 5.4. Não empregar sob qualquer regime ou alegação pessoas que mantenham vínculo empregatício com a UEMS.
- 5.5. A concessionária deverá ter em seu quadro funcional permanente ou através de contrato de consultoria, pelo menos um nutricionista para orientação na formulação dos cardápios e demais itens alimentícios que serão servidos no local.
- 5.6. O empregado do caixa não poderá servir ou manipular alimentos.

6. Obrigações da Concessionária

- 6.1. manter, durante a execução do Termo de Concessão de Uso, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação e nas legislações municipal, estadual e federal.
- 6.2. fornecer refeições e demais gêneros de acordo com o estabelecido no Edital da Concorrência e com as exigências da fiscalização da Concedente, seguindo rigorosamente as normas de higiene.
- 6.3. manter limpo e conservado todos os espaços internos e externos de uso da concessionária, inclusive as lixeiras.
- 6.4. cumprir com as despesas referentes ao fornecimento de água, energia elétrica, telefone e demais serviços que utilizar nas dependências do estabelecimento.
- 6.5. a concessionária se obriga a fornecer as refeições diárias aos acadêmicos de acordo com a proposta final apresentada.

7. Direitos e Obrigações da Concedente

- 7.1. Aprovar a relação de produtos a serem comercializados.
- 7.2. Conferir, por meio da Gerência da Unidade, ao iniciar a prestação de serviços, a existência de bens patrimoniais que possam vir a ser disponibilizados na concessão, conferindo, também as suas condições de uso e de funcionamento.
- 7.3. Efetuar a fiscalização de uso do imóvel, objeto da concessão, exigir o fiel cumprimento de todos os serviços e demais condições pactuadas neste instrumento, através da Gerência da Unidade.
- 7.4. Assinar, finda a concessão de uso, termo declarando que recebeu o imóvel limpo, desimpedido, isentando, assim, a Concessionária de quaisquer débitos ou obrigações.
- 7.5. Deverá informar a concessionária a relação de acadêmicos contemplados com as bolsas-refeição se for o caso, e, informar ainda o meio a ser utilizado para o controle de tal fornecimento.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8. Da concessão de uso

- 8.1. O valor mínimo do aluguel será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), convertidos em fornecimento de refeições para acadêmicos regularmente matriculados na unidade universitária de Aquidauana.
- 8.2. Nos meses em que houver variação de dias letivos na UEMS/Aquidauana, a empresa vencedora deverá ressarcir a universidade através do pagamento da diferença decorrente do não fornecimento das refeições tendo como base a proposta final convertida em moeda (reais).
- 8.3. No período de férias escolares, o valor mensal da concessão sofrerá redução de 50% (cinquenta por cento) e, em período de greve ou outras paralisações das atividades acadêmicas administrativas da Concedente, que porventura ocorrerem, poderá haver redução de até 90% (noventa por cento) do valor das mensalidades, se aprovado pela Pró-reitoria de Administração e Planejamento – PROAP, mediante comprovação de prejuízos causados por fracasso de movimentação dos usuários, fica estabelecido que esse valor poderá ser alterado mediante acordo entre as partes e/ou a critério da Administração.

9. Cardápio mínimo exigido

A composição mínima alimentar diária para **fornecimento de refeição** deverá ser a seguinte:

- Buffet de saladas (contendo no mínimo 02 tipos de legumes e 02 tipos de verduras);
- Prato principal - (mínimo 01 tipo de carne);
- Complemento (mínimo arroz branco ou composto e feijão);
- Guarnição (mínimo 01);
- Molho para saladas (mínimo vinagre, sal e azeite de oliva).

Obs: o café, a sobremesa e as bebidas poderão ser cobrados a parte, a critério da concessionária, bem como poderão ser vendidos além das refeições produtos de cantina tais como salgados, doces, biscoitos dentre outros.

10. Limpeza e controle de pragas e roedores

10.1. A limpeza total da cantina e restaurante (cozinha, área de atendimento – interna e externa e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade do concessionário.

10.2. O material de limpeza e a retirada do lixo são de responsabilidade do concessionário.

10.3. A concessionária deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência de acordo com a necessidade local.

10.4. As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão: apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.

10.5. As empresas deverão apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quanto à toxicidade e ao tempo de ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.

10.6. A concessionária ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO PARA FINS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA E RESTAURANTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA.....

A **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Instituição de Ensino Superior com personalidade jurídica de direito público, instituída nos termos da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.891.363/0001-80, estabelecida na Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária de Dourados/MS, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, PROF. DR. **GILBERTO JOSÉ DE ARRUDA**, brasileiro, divorciado, funcionário público estadual, p RG nº 475.267 SSP/MT, expedido em 21.09.1983, inscrito no CPF sob o nº 49618490149, residente e domiciliado na rua Cuiabá, nº 1050, Ed. Wlademiro do Amaral, Bloco A, Ap. 42, Centro em Dourados/MS, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede à (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada pelo (a) Sr.(a).....,(nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na (rua, nº bairro, Cidade, Estado, CEP), doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, celebram entre si o presente Termo de Concessão de Uso, decorrente do resultado de licitação, na modalidade Concorrência nº 001/10, processo nº 23/300306/2010, regulada pela Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a **CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO para fins de exploração comercial de cantina e restaurante**, em área de aproximadamente 435,75 m², localizada na Unidade universitária da UEMS de Aquidauana, Rodovia Aquidauana/CERA, Km 12, Zona Rural, e demais condições estabelecidas neste Termo.

1.2 Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações do objeto do presente Termo de Concessão de Uso, a ser fornecido pela **CONCESSIONÁRIA**, em relação aos quais a **CONCEDENTE** não tenha se declarado de acordo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento foi precedido de licitação, conforme dispõe o Art. 23, inciso II, alínea “C”, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

2.2. O presente Termo de Concessão de Uso encontra-se devidamente vinculado ao Edital da Concorrência nº 001/10, Processo nº 23/300306/2010, nos termos do inciso XI, do artigo 55 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ao Decreto nº 8.625, de 22 de julho de 1996, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e alterações posteriores c/c Lei Estadual nº 1.627, de 24 de novembro de 1995, à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil Brasileiro, às cláusulas expressas neste Instrumento e na Concorrência que o originou, bem como, às demais normas pertinente ao objeto contratual.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

- 4.1. A **CONCESSIONÁRIA** terá 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Utilização para se estabelecer no local e, 15 (quinze) dias também a contar da data de recebimento da Ordem de Utilização para iniciar o atendimento ao público.
- 4.2. O local e as condições de utilização do espaço, objeto da concessão, estão estabelecidos no Anexo II parte integrante do edital da concorrência 001/2010 ao qual este termo de concessão está vinculado.
- 4.3. Todas as despesas, relativas à execução do Termo de Concessão de Uso correrão por conta exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO DA CONCESSÃO

- 5.1 O preço a ser pago pela concessão do uso de espaço público é de R\$ _____ (_____) mensais conforme estipulado na oferta apresentada na Concorrência nº 001/2010, convertidos em fornecimento de refeições diárias aos acadêmicos da UEMS/Aquiadauana, nos dias letivos.
- 5.2 Nos meses em que houver variação de dias letivos, a empresa vencedora deverá ressarcir a universidade através do pagamento dos dias em que não forem fornecidas as refeições, tendo como base de cálculo a proposta final apresentada convertida em moeda (reais).
- 5.3 O pagamento referente ao item anterior deverá ser efetuado em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente a utilização do espaço, por parte da Concessionária, mediante Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, Agência 2576-3 CC nº 117.800-8, cujo comprovante terá que ser encaminhado ao Setor de Contabilidade da UEMS.
- 5.4 Em caso de atraso no pagamento da concessão de uso incidirá multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor devido e Correção Monetária.
- 5.5 Findo três meses de atrasos no pagamento da concessão de uso, o concessionário perderá um ano da concessão, sem prejuízo da cobrança do período inadimplente pela UEMS.
- 5.6 Após o atraso de quatro meses no pagamento da concessão de uso fica automaticamente rescindido o contrato de concessão do direito de uso, perdendo o concessionário qualquer direito de uso do espaço público, devendo retirar seus equipamentos no prazo de cinco dias após a notificação da rescisão automática e unilateral do contrato.
- 5.7 Considera-se atraso para efeitos deste instrumento, o pagamento realizado no dia útil seguinte, ou posterior, ou a não realização do pagamento, na data do vencimento da Concessão mensal de uso. A **CONCEDENTE** não pagará, em hipótese nenhuma, compromissos que lhe venham a ser cobrados diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

- 6.1 O valor mensal referente a concessão de uso do espaço público, será atualizado anualmente, tendo por data base a data de início do prazo da concessão onerosa, pela variação do IGP-M (FGV), ou na sua falta, pelo INPC (IBGE) ou outro índice oficial de atualização monetária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1 A concessão de uso será onerosa, com vigência de 03 (três) anos, a partir da assinatura do Termo de Concessão de Uso, podendo ser prorrogada por igual e sucessivo período devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesa, nas condições básicas determinadas no inciso II, art. 57 da Lei 8.666/93, e, mediante ajuste entre as partes interessadas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

8.1 Constituem obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, além das demais previstas neste Termo de Concessão de Uso ou dele decorrentes;

8.1.1 Providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do início dos serviços, às suas expensas, o Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente;

8.1.2 Responder exclusiva e integralmente pelos encargos tributários, fiscais, trabalhistas e patrimoniais pertinentes ao objeto da presente concessão de uso.

8.1.3 Não efetuar sob qualquer motivo, a sub-concessão total ou parcial do imóvel, objeto do presente instrumento contratual.

8.1.4 Utilizar e cuidar do imóvel sob concessão de uso, estritamente para as atividades contratadas, como se seu próprio fosse, responsabilizando pelos danos que por ventura der causa.

8.1.5 Responder por incêndio na área de concessão de uso, se não provar caso fortuito ou força maior, vício de construção ou origem criminal provocado por terceiros.

8.1.6 Responder integralmente por pequenos reparos na área do imóvel sob concessão, exceto os desgastes por tempo ou uso normal, realizando imediatamente a reparação de danos verificados, causados por usuários sob sua responsabilidade, com consentimento do pessoal Técnico da Unidade Universitária.

8.1.7 Pagar mensal e regularmente o valor contratual avençado, na forma da cláusula quinta, inclusive as multas e penalizações, se aplicadas.

8.1.8 Restituir o imóvel, ao término do prazo de vigência do Termo de Concessão ou determinado findo prematuramente, na forma como o recebeu, salvo os desgastes normais da ação do tempo e uso.

8.1.9 Responsabilizar-se na forma da legislação vigente e cabível, quanto aos preços, qualidade e higiene dos produtos comercializados, assim como pela higienização das instalações, na forma exigida pela saúde pública.

8.1.10 Cumprir fielmente as cláusulas contratuais, os horários estipulados e as normas gerais de funcionamento avençadas neste Termo de Concessão, no edital da Concorrência 001/2010 e seus anexos.

8.1.11 Oferecer cardápio mínimo de variedades estipuladas no **Anexo II** do processo licitatório, estando às alterações e diversificações sujeitas às condições impostas no mesmo **Anexo II**.

8.1.12 Não incluir nos serviços oferecidos qualquer comercialização, onerosa ou gratuita, de cigarros, e bebidas alcoólicas.

8.1.13 Manter o pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente concessão, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.

8.1.14 A Concessionária ficará obrigada a cumprir a determinação do inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal que disciplina o trabalho do menor, sendo de sua exclusiva responsabilidade as implicações penais cabíveis, em caso de descumprimento, além de implicar na rescisão contratual, conforme prevê o inciso XVIII do artigo 78 da mesma Lei.

8.1.15 Não empregar sob qualquer regime ou alegação, pessoas que mantenham vínculos empregatícios com a **CONCEDENTE**.

8.1.16 Cumprir regularmente todas as demais condições estipuladas no Edital da Concorrência de nº 001/2010 e seus anexos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

9.1. Constituem obrigações da **CONCEDENTE**, além das demais previstas neste Termo de Concessão de Uso ou dele decorrentes:

9.1.1 Permitir à **Concessionária** livre acesso e informações em relação à área do imóvel objeto desta concessão de uso.

9.1.2 Comunicar à **Concessionária** previamente, qualquer alteração no funcionamento do imóvel, que possa de alguma forma, interferir no funcionamento da cantina e restaurante, objeto desta concessão.

9.1.3 Decidir sobre qualquer utilização do imóvel com concessão não outorgada.

9.1.4 Dar à **Concessionária** todas as condições necessárias para usufruir do imóvel, não lhe perturbando nem dificultando o uso.

9.1.5 Comunicar a **Concessionária**, com antecedência mínima de (três) dias, caso haja necessidade do funcionamento da cantina e restaurante aos sábados, domingos e feriados por acontecimentos de cursos ou eventos promovidos pela **Concedente**.

9.1.6 Fornecer e colocar à disposição da **CONCESSIONÁRIA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Termo de Concessão de Uso;

9.1.7 Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste Termo de Concessão de Uso;

9.1.8 Notificar, formal e tempestivamente, a **CONCESSIONÁRIA** sobre irregularidades observadas na prestação de serviço por ela fornecida;

9.1.9 Notificar a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

9.1.10 Informar a concessionária a relação de acadêmicos contemplados com as bolsas-refeição e, informar ainda o meio a ser utilizado para o controle de tal fornecimento.

9.1.2 Fiscalizar a execução do presente Termo de Concessão de Uso através do setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Fica estabelecido que a gestão do referido contrato ficará sob a responsabilidade da Divisão de Administração da UEMS em Dourados, através do servidor....., CPF----- prontuário nº-----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará o seu descumprimento, assim como, o inadimplemento contratual sujeitará o **CONCESSIONÁRIO**, facultado o direito de ampla defesa, às sanções seguintes:

11.1.1 advertência por escrito, quando a **CONCESSIONÁRIA** praticar irregularidades consideradas pela **CONCEDENTE** de pequena monta;

11.1.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a **CONCEDENTE**, por até 2 (dois) anos;

11.1.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

11.1.4 Será aplicada, ao **CONCESSIONÁRIO**, multa moratória no percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor atualizado do Termo de Concessão de Uso, por dia de atraso no início das atividades, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada para início das atividades, ou seja, do 15º (décimo quinto) dia útil, contados da assinatura deste Instrumento.

11.1.5 Por infração de qualquer outra cláusula contratual, não prevista no subitem anterior, será aplicada multa, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Concessão, corrigido e atualizado, acumulável com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

11.1.6 Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas à **CONCEDENTE**, até 05 (cinco) dias úteis contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

11.1.7 Nenhuma sanção ou penalização será aplicada sem a garantia do prazo prévio para o exercício do contraditório e da ampla defesa

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO OU CASSAÇÃO DA CONCESSÃO

13.1 O presente Termo de Concessão de Uso poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:

- a) estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida;
- b) ter título protestado cujo valor possa, a juízo da **CONCEDENTE**, comprometer a idoneidade financeira da **CONCESSIONÁRIA**, e/ou a eficiente execução do Termo de Concessão de Uso;
- c) ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS, ou FGTS

13.2 A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONCEDENTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste Termo de Concessão de Uso, limitados ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

13.3 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível,

13.4 Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONCESSIONÁRIA** com outras empresas, caberá à **CONCEDENTE** decidir pela continuidade do presente Termo de Concessão de Uso.

13.5 As signatárias poderão de pleno direito, rescindir o presente instrumento, nos termos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOVAÇÃO

14.1 A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste Termo de Concessão de Uso e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, sendo que todos os recursos postos à disposição da **CONCEDENTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 O presente Termo de Concessão de Uso poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes, que impliquem em modificações nos casos previstos em Diploma Legal pertinente à matéria.

15.2 Para qualquer alteração a que se refere o subitem anterior deverá ser feito Termo Aditivo, o qual, obrigatoriamente, será assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.1 O extrato deste Termo de Concessão de Uso será publicado, pela Divisão de Administração/UEMS, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, após a sua assinatura, especificando-se as normas estabelecidas no parágrafo único, artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões relacionadas com o presente Termo de Concessão de Uso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 As dúvidas e os casos omissos que se originarem durante a vigência deste Termo de Concessão de Uso serão dirimidas pelas partes, nos termos da legislação em vigor.

E, por estarem assim de pleno acordo as partes firmam o presente termo de concessão de uso de bem imóvel público para fins de exploração comercial de cantina e restaurante, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos aos quais se destina.

Dourados – MS.....de de 2010.

GILBERTO JOSÉ DE ARRUDA
CONCEDENTE – UEMS

(EMPRESA)
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Nome:.
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), CNPJ nº....., sediada.....(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, para os fins de habilitação no presente processo licitatório (Concorrência nº 001/2010 – Processo nº 23/300306/2010), **DECLARA** expressamente, sob as penas da lei, que:

não foi declarada inidônea para licitar com a administração pública, nos termos do inciso IV, Art. 87, da Lei 8666/93 e suas alterações, e que até a presente data inexistem Fatos Impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega de documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;

em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze anos);

e que nenhum dirigente ou responsável técnico da empresa pertence ao quadro de funcionários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local e Data).....

(a).....

(representante legal da empresa)

(Papel timbrado ou carimbo padronizado do CNPJ)

ANEXO V

ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos que a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, localizada na (Rua, Av.)....., nº....., Bairro....., na Cidade de, neste ato representada por, brasileiro, estado civil....., Profissão....., inscrito no CPF/MF nº.....e no RG nº....., vistoriou o LOCAL DA CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO (ONEROSA) PARA FINS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE CANTINA E RESTAURANTE, situado na, nº....., Bairro....., estando, portanto, ciente das condições do mesmo, atendendo assim, as exigências contidas no Edital da CONCORRÊNCIA nº 001/2010/CPL-UEMS, Processo nº 23/300306/2010.

Local e data:.....

ASSINATURA
(Gerente da Unidade ou servidor responsável designado)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a empresa _____, CNPJ nº _____, é optante pelo SIMPLES e para tanto dispensada de escrituração comercial conforme previsto na lei nº 9.317 de 05/12/1996 c/c a lei complementar nº 123 de 14/12/2006.

_____, _____ de _____ de 2010.
(local)

Carimbo, assinatura, CRC do Contabilista responsável

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

FICHA CADASTRAL

Razão Social

CNPJ/MF
Inscrição Estadual

Endereço

Rua:	Nº
Bairro:	
Cidade:	Estado
Cep	
Telefone:	Fax
e-mail:	

Banco

Agência
Conta Corrente

Representante Legal

Nacionalidade	
Estado Civil	
Profissão	
CPF	
RG	
SSP/	
Endereço Residencial	
Rua:	Nº
Bairro:	
Cidade:	Estado
Cep	
e-mail:	